



**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA FISCAL
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE FISCAL**



**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL
NOVEMBRO/2021**

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA

André Clemente Lara de Oliveira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

Patrícia Ferreira Motta Café

SUBSECRETÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA FISCAL

Marco Antonio Lima Lincoln

COORDENADORA DE PREVISÃO E ANÁLISE FISCAL

Kátia Andréa Lobo Leite

Arrecadação Tributária do Distrito Federal – Novembro de 2021

Fonte de dados:

Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 09/12/2021

Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGEST em 14/12/2021

Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO em 07/12/2021

Equipe Técnica

Leônidas Feitosa Duarte

Márcio Luiz Torres de Oliveira

SBN Quadra 2 Bloco A

Edifício Vale do Rio Doce, 11º andar, sala 1107

Brasília – DF CEP 70040-909

(61) 3312-8484 / 3312-8042

I. ARRECADAÇÃO TOTAL

No mês de novembro de 2021, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.544,1 milhões em valores correntes, o que corresponde a aumento nominal de 5,2% e decréscimo real de 5,2%, utilizando como deflator o INPC/IBGE.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	Novembro/2021 (a)	Novembro/2020 (b)	Novembro/2020 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em Novembro/2021
				(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	898.080	883.803	980.655	+14.277	+1,6%	-82.575	-8,4%	58,16%
ISS	205.031	149.190	165.539	+55.841	+37,4%	+39.492	+23,9%	13,28%
IRRF	280.852	264.388	293.361	+16.464	+6,2%	-12.509	-4,3%	18,19%
IPVA	32.441	33.078	36.703	-637	-1,9%	-4.262	-11,6%	2,10%
IPTU	45.212	41.674	46.241	+3.539	+8,5%	-1.028	-2,2%	2,93%
ITBI	45.841	56.651	62.860	-10.810	-19,1%	-17.019	-27,1%	2,97%
ITCD	16.865	20.839	23.123	-3.974	-19,1%	-6.258	-27,1%	1,09%
TAXAS	19.473	17.911	19.874	+1.561	+8,7%	-401	-2,0%	1,26%
OUTROS IMPOSTOS (1)	316	366	406	-50	-13,7%	-90	-22,2%	0,02%
Total da Arrecadação	1.544.112	1.467.901	1.628.761	76.211	+5,2%	-84.649	-5,2%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 07/12/2021.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques de novembro de 2021

- Aumento real no **ISS** (+R\$ 39,5 milhões) e decréscimos reais no **ICMS** (-R\$ 82,5 milhões), **ITBI** (-R\$ 17,0 milhões) e **IRRF** (-R\$ 12,5 milhões).

No acumulado de janeiro a novembro de 2021, a arrecadação tributária somou R\$ 17.753,3 milhões em valores correntes, o que representou aumento nominal de 12,5% e real de 3,5% em relação a igual período de 2020.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2021 (até Novembro) (a)	2020 (até Novembro) (b)	2021 pelo INPC/IBGE (c)	2020 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em 2021
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	8.961.095	7.872.354	9.377.048	8.963.969	+1.088.741	+13,8%	+413.078	+4,6%	50,38%
ISS	2.003.024	1.666.901	2.096.090	1.900.317	+336.123	+20,2%	+195.774	+10,3%	11,26%
IRRF	3.051.334	2.959.775	3.195.789	3.374.160	+91.559	+3,1%	-178.371	-5,3%	17,17%
IPVA	1.245.920	1.195.412	1.329.258	1.369.521	+50.508	+4,2%	-40.262	-2,9%	7,14%
IPTU	1.221.128	1.093.374	1.282.078	1.252.540	+127.754	+11,7%	+29.538	+2,4%	6,89%
ITBI	617.691	471.830	647.184	536.393	+145.860	+30,9%	+110.791	+20,7%	3,48%
ITCD	223.214	140.179	232.990	159.358	+83.035	+59,2%	+73.632	+46,2%	1,25%
TAXAS	422.727	375.817	442.892	429.863	+46.910	+12,5%	+13.029	+3,0%	2,38%
OUTROS IMPOSTOS (1)	7.183	2.789	7.557	3.175	+4.394	+157,6%	+4.381	+138,0%	0,04%
Total da Arrecadação	17.753.315	15.778.431	18.610.885	17.989.296	+1.974.884	+12,5%	+621.589	+3,5%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 07/12/2021.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques do período de janeiro a novembro de 2021

- Aumentos reais no **ICMS** (+R\$ 413,1 milhões), **ISS** (+R\$ 195,8 milhões) e **ITBI** (+R\$ 110,8 milhões).
- Decréscimo real no **IRRF** (-R\$ 178,4 milhões).

II. ARRECADAÇÃO X PREVISÃO

Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques para o **mês de novembro/2021**:

- **LOA:** receita realizada acima da prevista, em R\$ 264,2 milhões (+20,6%), sobretudo em função dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 197,0 milhões) e do **ISS** (+R\$ 27,9 milhões).
- **Programação financeira:** realização acima da previsão em R\$ 221,3 milhões (+16,7%), sendo os principais desvios positivos observados para o **ICMS** (+R\$ 164,4 milhões) e o **ISS** (+R\$ 26,5 milhões).
- **Previsão mensal:** receita realizada acima da prevista em R\$ 13,4 milhões (+0,9%), decorrente principalmente dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 52,9 milhões) e do **ISS** (+R\$ 8,4 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - NOVEMBRO 2021

VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	701.148	733.726	845.164	898.080	196.933	164.354	52.917
ISS	177.158	178.546	196.590	205.031	27.873	26.485	8.441
IRRF	273.641	278.124	313.650	280.852	7.212	2.728	(32.798)
IPVA	30.907	27.778	36.223	32.441	1.534	4.663	(3.781)
IPTU	36.098	31.952	49.150	45.212	9.115	13.260	(3.938)
ITBI	30.174	37.363	55.854	45.841	15.668	8.478	(10.013)
ITCD	11.094	14.758	18.815	16.865	5.771	2.106	(1.950)
TAXAS	19.486	20.297	14.590	19.473	(13)	(825)	4.883
OUTROS IMPOSTOS (1)	222	299	669	316	94	16	(353)
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.279.926	1.322.845	1.530.703	1.544.112	264.185	221.267	13.408

Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 6.778/2021 (LOA); Processo SEI nº 00040-00041421/2020-01 (Programação Financeira);
Coordenação de Previsão e Análise Fiscal/SUAPOF/SEAE/SEEC (Previsão Mensal).

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Quanto ao **período de janeiro a novembro de 2021**, as diferenças mais expressivas foram:

- **LOA:** receita realizada acima da prevista em R\$ 2.612,1 milhões (+17,3%), decorrente sobretudo dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 1.686,4 milhões), **ITBI** (+R\$ 256,5 milhões), **ISS** (+R\$ 238,8 milhões) e **IRRF** (+R\$ 202,4 milhões).
- **Programação financeira:** realização superior à previsão em R\$ 1.764,7 milhões (+11,0%), decorrente principalmente dos desvios positivos observados no **ICMS** (+R\$ 1.308,9 milhões), **IPVA** (+R\$ 223,6 milhões) e **ITBI** (+R\$ 217,1 milhões).
- **Previsão mensal:** receita realizada acima da prevista em R\$ 1.278,5 milhões (+7,8%), diante dos desvios positivos do **ICMS** (+R\$ 786,2 milhões), **IPVA** (+R\$ 227,8 milhões), **TAXAS** (+R\$ 133,2 milhões) e **IPTU** (+R\$ 104,0 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO - 2021

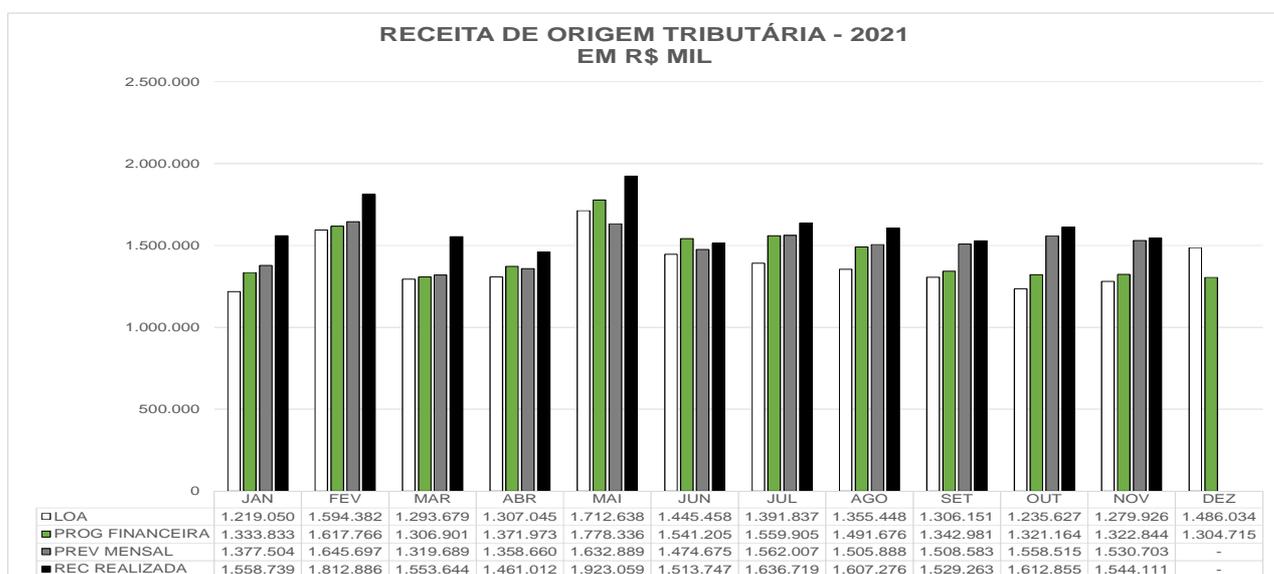
VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	7.274.704	7.652.215	8.174.847	8.961.095	1.686.391	1.308.880	786.248
ISS	1.764.221	1.871.836	1.928.334	2.003.024	238.803	131.188	74.690
IRRF	2.848.934	3.113.547	3.228.330	3.051.334	202.400	(62.213)	(176.996)
IPVA	1.220.326	1.022.653	1.018.115	1.245.920	25.594	223.267	227.805
IPTU	1.141.958	1.357.070	1.117.093	1.221.128	79.170	(135.942)	104.035
ITBI	361.222	400.544	542.562	617.691	256.469	217.147	75.128
ITCD	140.665	147.736	170.440	223.214	82.550	75.479	52.774
TAXAS	386.176	419.876	289.528	422.727	36.550	2.851	133.198
OUTROS IMPOSTOS (1)	3.040	3.112	5.566	7.183	4.142	4.071	1.616
TOTAL DA ARRECAÇÃO	15.141.247	15.988.589	16.474.816	17.753.315	2.612.068	1.764.726	1.278.499

Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 6.778/2021 (LOA); Processo SEI nº 00040-00041421/2020-01 (Programação Financeira);

Coordenação de Previsão e Análise Fiscal/SUAPOF/SEAE/SEEC (Previsão Mensal).

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

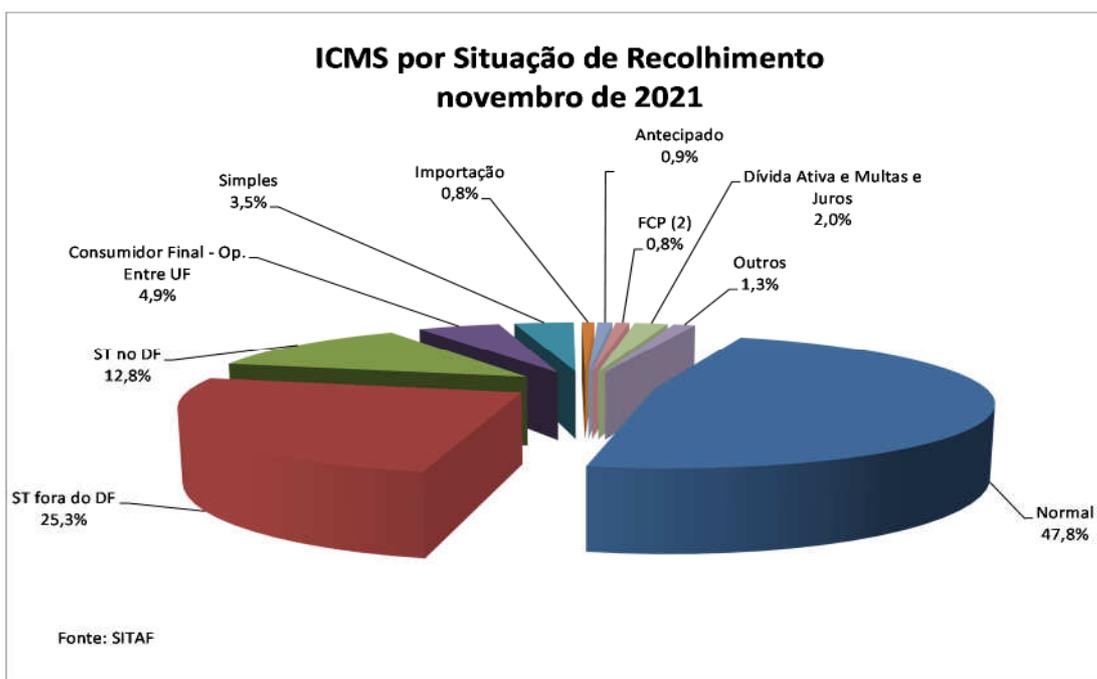


III. ARRECADAÇÃO DO ICMS

Tendo em vista reclassificação contábil das contas de receita, a receita do ICMS por modalidade de recolhimento deixou de ser obtida desde 2019 por meio de consulta no SIGGO e passou a ter como fonte o sistema SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO.

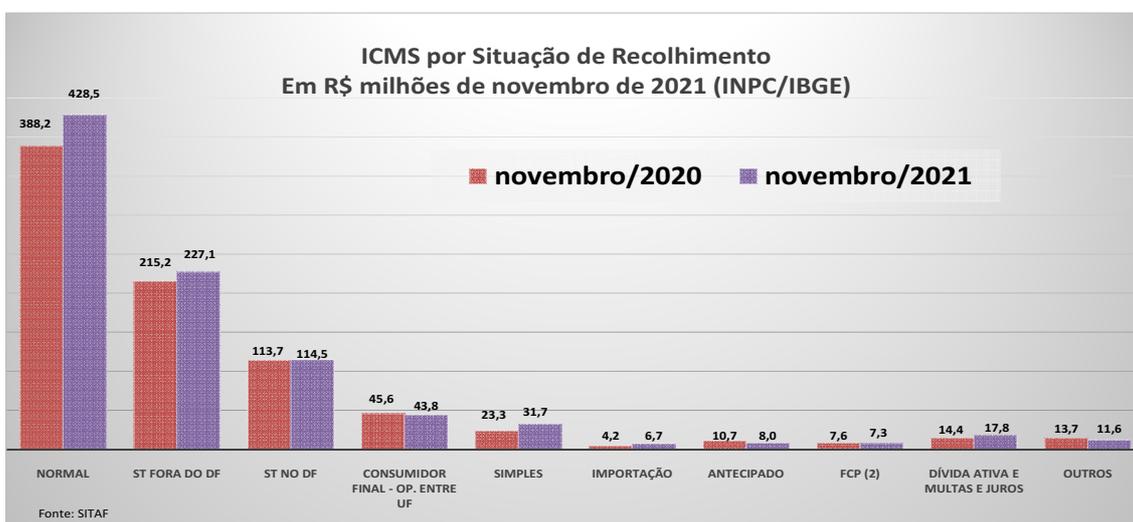
1. ICMS por origem de recolhimento

Decompondo a arrecadação do ICMS por situação de recolhimento em novembro de 2021, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto advém do regime normal de tributação, com 47,8%, seguida da substituição tributária fora e dentro do DF, com 25,3% e 12,8% respectivamente, perfazendo no conjunto 85,8% da receita total do imposto. Vale destacar que a arrecadação do regime normal registrou em novembro o melhor desempenho do ano, superando inclusive os ingressos de janeiro, oriundo das vendas natalinas de 2020.



Destaques de novembro de 2021

- **ICMS Normal:** ganho real de 10,4% (+R\$ 40,3 milhões).
- **Substituição Tributária fora do DF:** expansão real de 5,6% (+R\$ 12,0 milhões).
- **Simplex:** acréscimo real de 36,1% (+R\$ 8,4 milhões), influenciado pela prorrogação do vencimento do imposto de abril a junho para o segundo semestre do ano, concedida pela Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 158/2021 com o propósito de mitigar os efeitos da pandemia.
- **Antecipação:** perda real de 25,5% (-R\$ 2,7 milhões).



ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO (1)							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (nov/21)
	nov/21	2021	nov/20	2020	nov/21 / nov/20	2021/ 2020	
Normal	428.482	4.399.580	388.177	4.442.935	10,4%	-1,0%	47,8%
ST fora do DF	227.149	2.382.605	215.161	1.956.438	5,6%	21,8%	25,3%
ST no DF	114.466	1.112.440	113.665	1.083.050	0,7%	2,7%	12,8%
Consumidor Final - Op. Entre UF	43.824	534.238	45.558	634.122	-3,8%	-15,8%	4,9%
Simplex	31.749	243.965	23.324	217.297	36,1%	12,3%	3,5%
Importação	6.747	65.781	4.190	48.604	61,0%	35,3%	0,8%
Antecipado	7.996	97.992	10.728	96.679	-25,5%	1,4%	0,9%
FCP (2)	7.350	101.596	7.616	69.774	-3,5%	45,6%	0,8%
Dívida Ativa e Multas e Juros	17.794	263.298	14.394	143.594	23,6%	83,4%	2,0%
Outros	11.619	168.836	13.694	144.132	-15,2%	17,1%	1,3%
Total da Arrecadação	897.175	9.370.330	836.507	8.836.626	7,3%	6,0%	100,0%

Fonte: Dados SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros - auto de infração, LC 52/97, parcelamento, FUNDAF, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

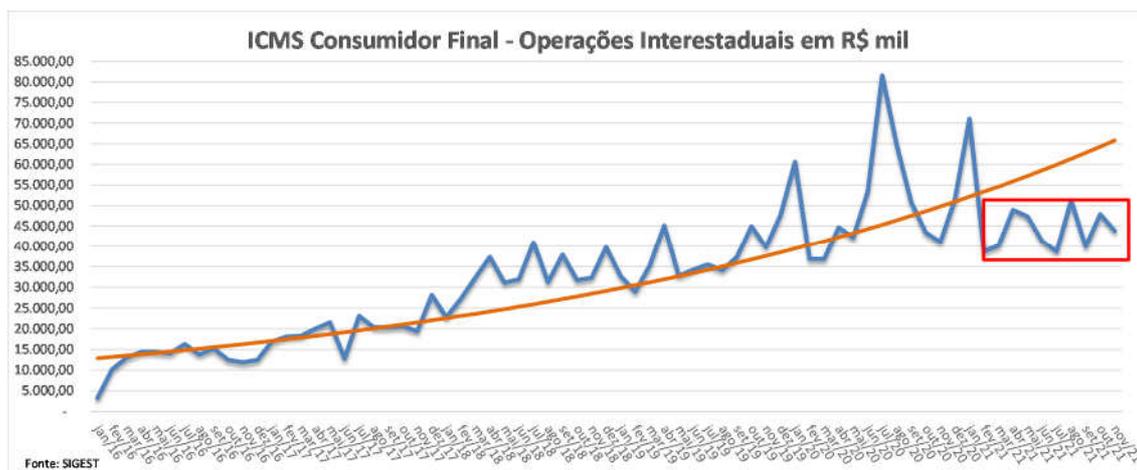
Destaques do período de janeiro a novembro de 2021

- **Substituição Tributária fora do DF:** crescimento real de 21,8% (+R\$ 426,2 milhões).
- **Dívida Ativa e Multa e Juros:** aumento real de 83,4% (+R\$ 119,7 milhões), impactado pelo programa de regularização fiscal REFIS-DF 2020.
- **Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCP):** acréscimo real de 45,6% (+R\$ 31,8 milhões).
- **Consumidor Final – Operações Interestaduais:** decréscimo real de 15,8% (-R\$ 99,9 milhões).
- **ICMS Normal:** perda real de 1,0% (-R\$ 43,4 milhões).



1.1 Consumidor Final – Operações Interestaduais

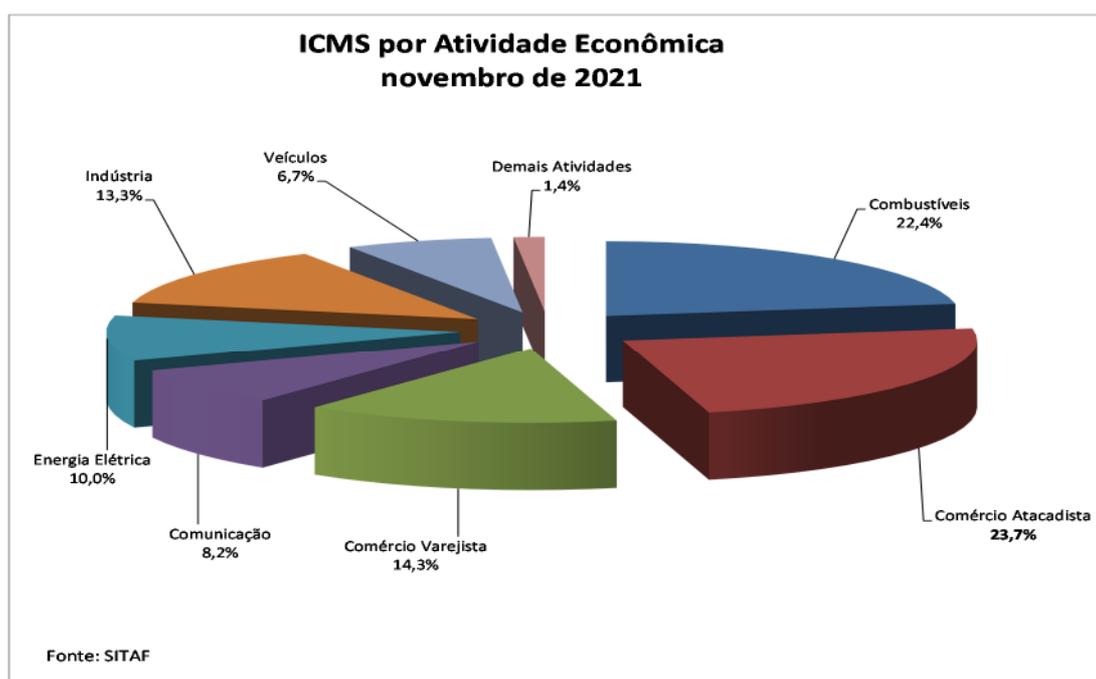
A arrecadação decorrente da EC nº 87/2015, em grande parte advinda do comércio eletrônico, atingiu R\$ 43,8 milhões em novembro de 2021, ficando abaixo da curva de tendência, conforme observado na figura subsequente. Ademais, observa-se que do período de fevereiro a novembro de 2021, a arrecadação continua mantendo-se no intervalo entre R\$ 38 milhões e R\$ 51 milhões.

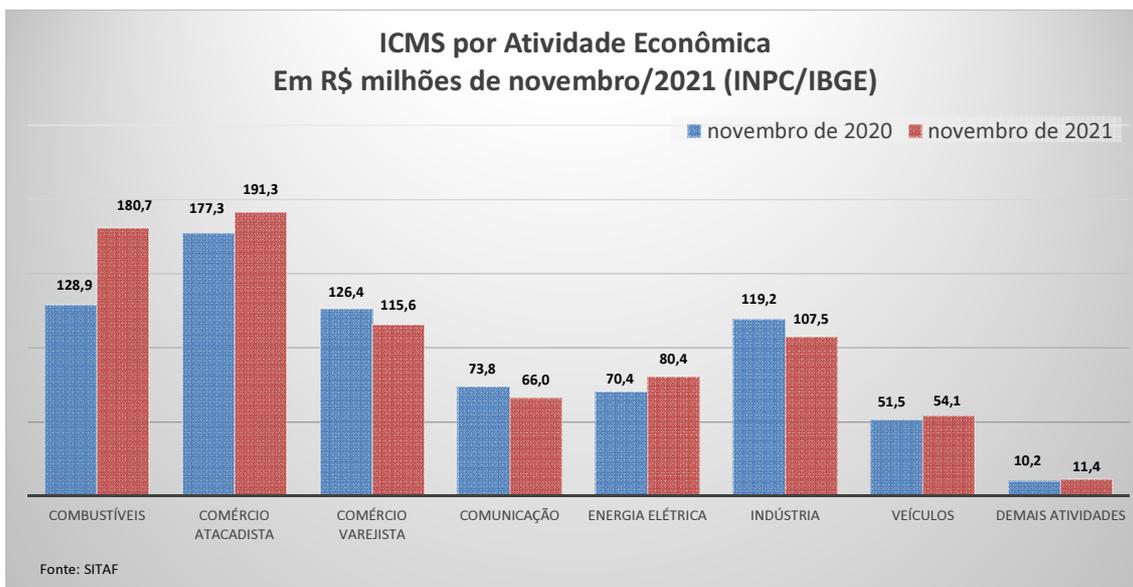


Assim, registram-se perdas reais para os recolhimentos oriundos das operações interestaduais para consumidor final de 3,8% em novembro de 2021 frente novembro de 2020 e de 15,8% no período de janeiro a novembro de 2021 ante igual período de 2020.

2. ICMS por atividade econômica

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas, os setores mais representativos em novembro de 2021 foram comércio atacadista (23,7%); combustíveis (22,4%); comércio varejista (14,3%) e indústria (13,3%). Na sequência, energia elétrica (10,0%) e comunicação (8,2%).





Destaques de novembro de 2021

- **Combustíveis:** aumento real de 40,2% (+R\$ 51,8 milhões).
- **Comércio atacadista:** ganho real de 7,9% (+R\$ 14,1 milhões).
- **Energia Elétrica:** acréscimo real de 14,2% (+R\$ 10,0 milhões),
- **Indústria:** perda real de 9,8% (-R\$ 11,7 milhões).

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1)							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em%)		Composição da arrecadação (nov/2021)
	nov/21	2021	nov/20	2020	nov/21 / nov/20	2021 / 2020	
Combustíveis	180.715	1.667.069	128.912	1.277.702	40,2%	30,5%	22,4%
Comércio Atacadista	191.321	2.158.183	177.258	1.799.930	7,9%	19,9%	23,7%
Comércio Varejista	115.579	1.199.923	126.356	1.270.990	-8,5%	-5,6%	14,3%
Comunicação	65.995	781.598	73.790	889.159	-10,6%	-12,1%	8,2%
Energia Elétrica	80.420	751.802	70.407	1.036.957	14,2%	-27,5%	10,0%
Indústria	107.488	1.093.712	119.193	1.153.145	-9,8%	-5,2%	13,3%
Veículos	54.133	601.120	51.486	461.217	5,1%	30,3%	6,7%
Demais Atividades	11.400	110.104	10.238	92.778	11,3%	18,7%	1,4%
Total da Arrecadação	807.052	8.363.511	757.640	7.981.878	6,5%	4,8%	100,00%

Fonte: SITAF

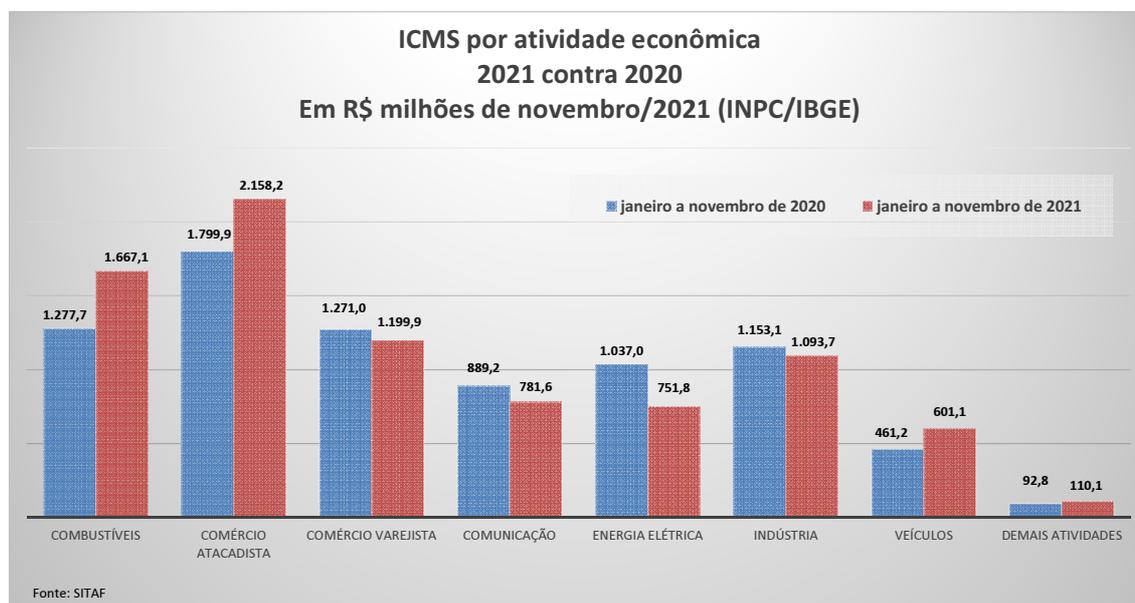
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a novembro de 2021

- **Combustíveis:** acréscimo real de 30,5% (+R\$ 389,4 milhões).
- **Comércio Atacadista:** ganho real de 19,9% (+R\$ 358,3 milhões), destacando-se os segmentos medicamentos e bebidas, com

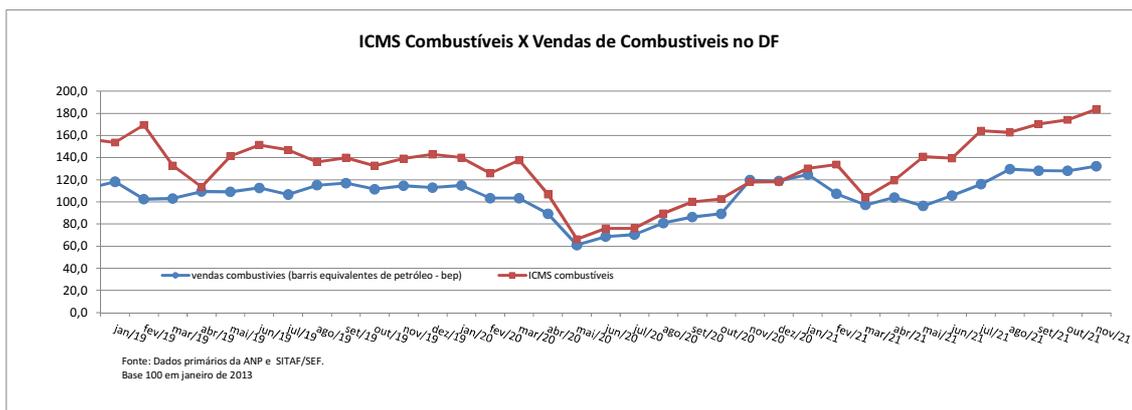
acréscimos reais de 56,9% e 21,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2020.

- **Veículos:** incremento real de 30,3% (+R\$ 139,9 milhões).
- **Energia Elétrica:** queda real de 27,5% (-R\$ 285,2 milhões), influenciada pela elevada base comparativa de 2020 devido a recolhimentos de fatos geradores de 2019.
- **Comunicação:** queda real de 12,1% (-R\$ 107,6 milhões).



2.1 Combustíveis

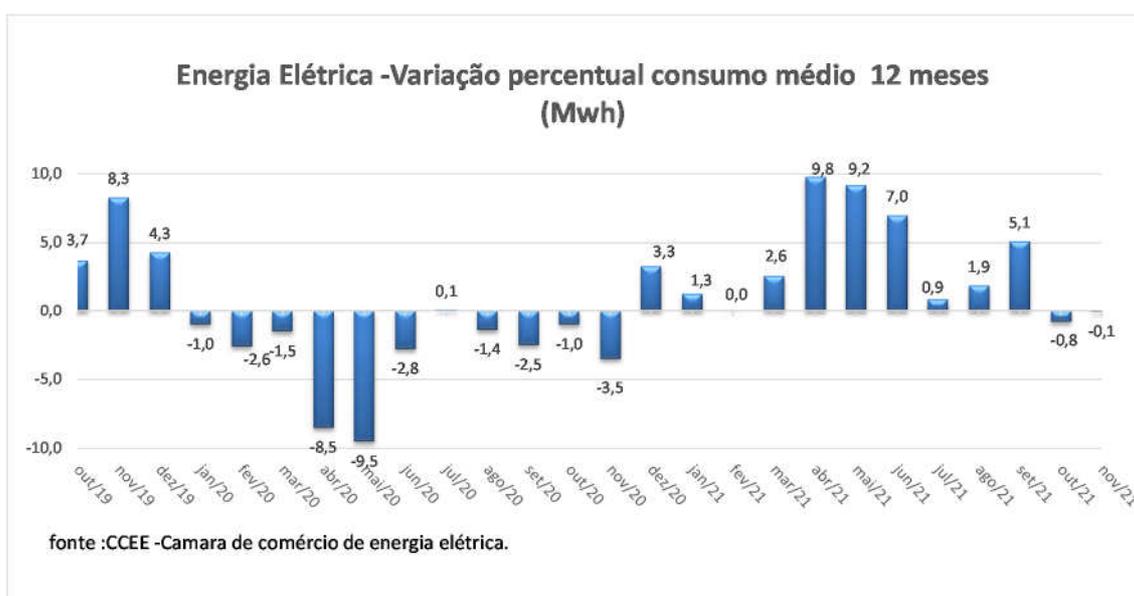
A figura a seguir compara a venda de combustíveis no DF (fonte ANP) com a arrecadação do ICMS do setor. Observa-se proximidade das curvas de arrecadação e do volume físico de vendas de combustíveis ao longo do período da pandemia, de abril de 2020 a março de 2021. Após o primeiro trimestre de 2021, em função das elevações de preços, ocorre descolamento das curvas, com o aumento da arrecadação do ICMS superando o aumento do faturamento do setor.



Nesse sentido, em termos reais, a receita mensal do ICMS Combustíveis, impactada pelo aumento da mobilidade urbana e da elevação dos preços dos combustíveis, registrou aumento real de 40,2 % em novembro de 2021 e 30,5% no acumulado do ano até novembro de 2021, frente a iguais períodos do ano anterior.

2.2 Energia Elétrica

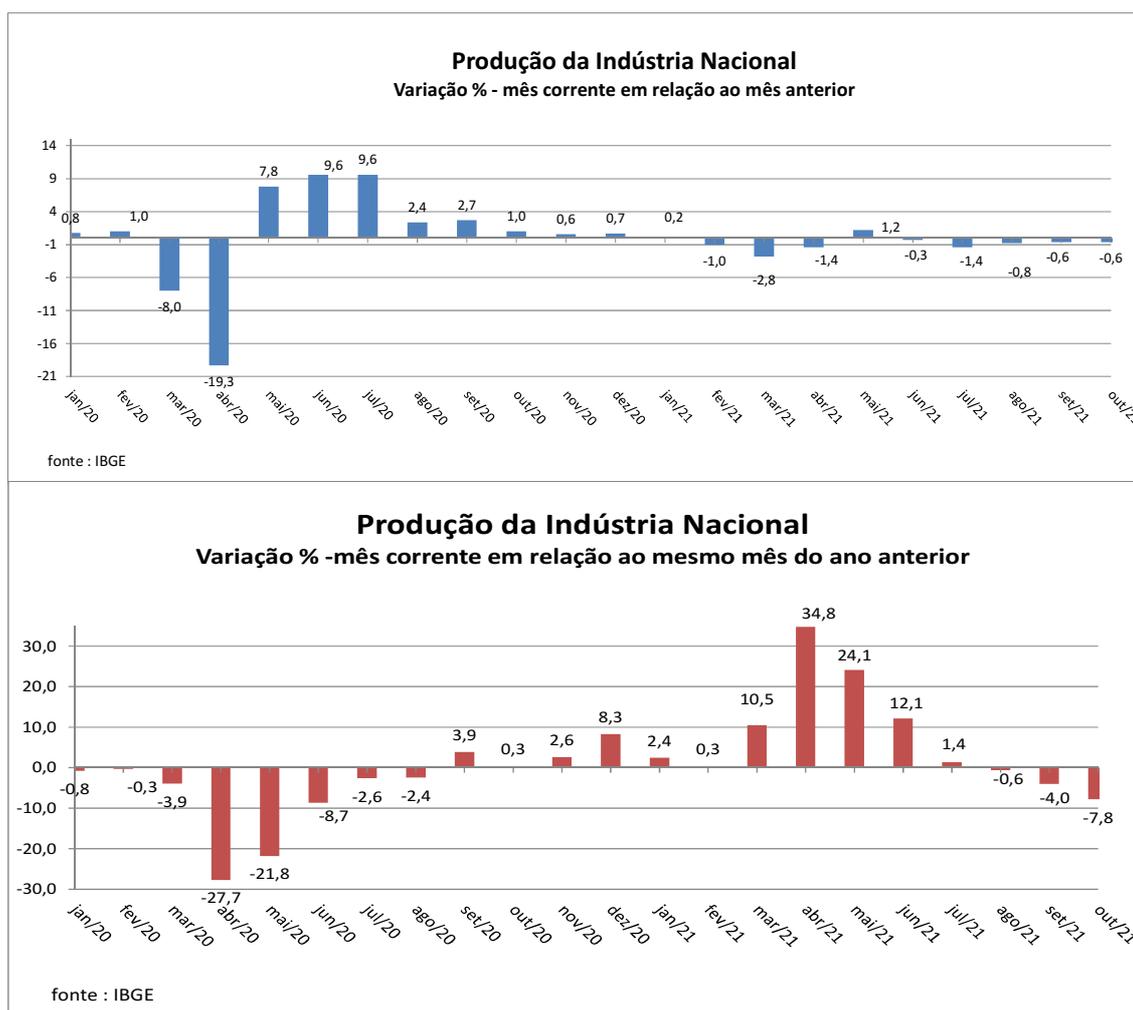
De acordo com dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo médio de energia elétrica no Distrito Federal apresentou decréscimo em novembro de 0,1%. Trata-se da segunda retração após novembro de 2020.



A receita proveniente do ICMS energia elétrica no Distrito Federal registrou expansão real de 14,2% em novembro de 2021, na comparação com novembro de 2020. Apesar da adoção de tarifas elétricas mais elevadas a partir do primeiro bimestre de 2021, a queda real da arrecadação de 27,5% no período de janeiro a novembro de 2021, contra correspondente período do ano anterior, reflete a elevada base comparativa de 2020 em decorrência da arrecadação naquele ano de fatos geradores do imposto de 2019.

2.3 Indústria

De acordo com dados publicados pelo IBGE, a indústria nacional sofreu retração pelo quinto mês consecutivo, com queda de 0,6% em outubro contra o mês precedente. Em relação a outubro de 2020, foi registrado recuo de 7,8%. No ano, o setor ainda acumula expansão de 5,7%. Em 12 meses depende-se perda de força na recuperação do setor, com ganhos decrescentes: 7,2% até agosto; 6,5% até setembro e por fim 5,7% até outubro.

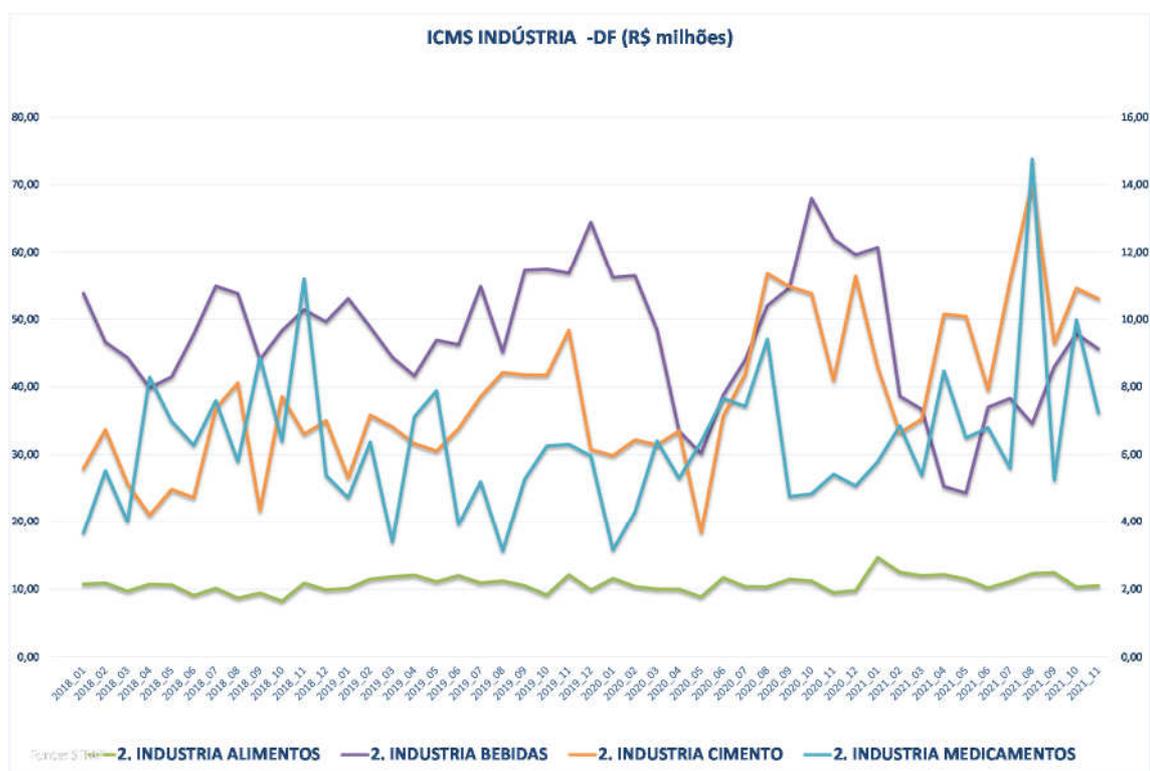


Dentre as grandes categorias, excetuando-se o crescimento de bens de capital (+1,6%), as demais apresentaram variações negativas no mês: bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-1,2%), bens de consumo duráveis (-1,9%), que teve o décimo resultado negativo, seguido de bens intermediários (-0,9%), que teve a sétima queda seguida.

Houve taxas negativas em 19 dos 26 ramos pesquisados. Os maiores impactos no índice geral de setembro vieram da queda na produção do segmento de indústrias extrativas (-8,6%) e produtos alimentícios (-4,2%).

No Distrito Federal, a arrecadação do ICMS da indústria registrou queda real de 9,8% em novembro de 2021 frente a igual mês de 2020. No comparativo de 2021 frente a igual período de 2020, a perda foi de 5,2%.

Considerando os setores mais representativos da arrecadação do ICMS industrial no DF (alimentos, cimento, medicamentos e bebidas), depreende-se declínio em novembro ante outubro, exceto alimentos. Entretanto, no comparativo com novembro de 2020, registra-se ganhos reais em todos os segmentos: alimentos (+1,3%), bebidas (+5,7%), cimento (+1,3%) e medicamentos (+0,94%).



2.4 Veículos

De acordo com dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), as vendas de veículos novos em nível nacional totalizaram 296,2 mil unidades em novembro, ou seja, alta de 7,31% no comparativo mensal. Foi a primeira alta após cinco quedas consecutivas. Contudo houve retração de 11,40% no cotejo interanual. No resultado acumulado do ano, os emplacamentos somam 3,16 milhões de veículos licenciados, 12,86% acima do volume dos primeiros onze meses de 2020.

Para o desempenho da atividade local, de acordo com o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), em novembro, houve expansão de 6,72% frente ao mês anterior, mas decréscimo de 10,93% ante novembro de 2020, em linha ao observado no cenário nacional. Foram emplacados 6.970 veículos em novembro de 2021, contra 6.531 em outubro de 2021 e 7.825 em novembro de 2020. Para o resultado acumulado de 2021 ante 2020, os emplacamentos apresentam elevação de 9,40%.

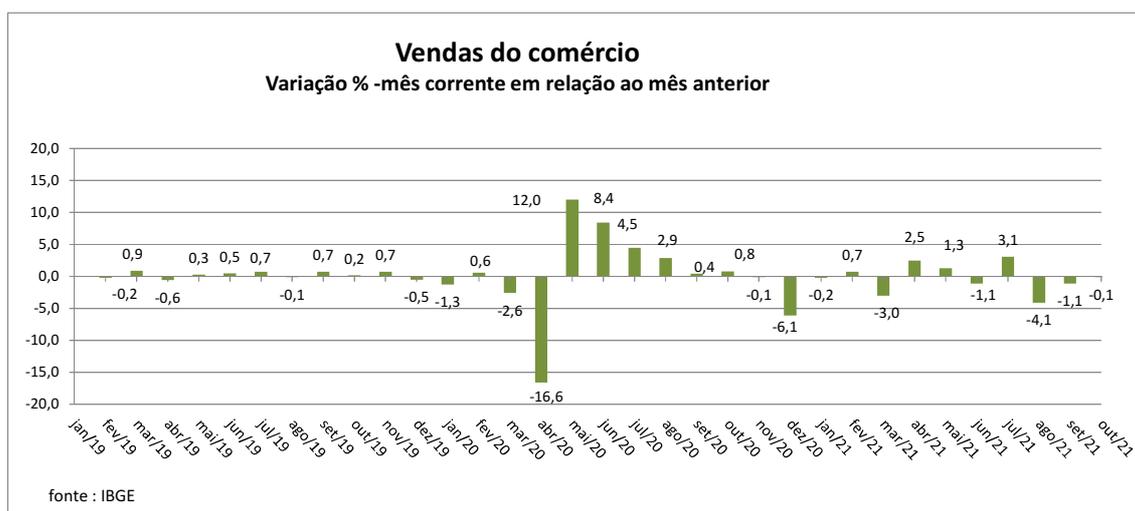
DISTRITO FEDERAL									
SEGUIMENTO BRASÍLIA - DF	novembro 2021 (A)	outubro 2021 (B)	acumulado 2021 (C)	novembro 2020 (D)	acumulado 2020 (E)	SEGUIMENTO BRASÍLIA - DF	(A/B)	(A/D)	(C/E)
a) Autos	3.040	3.034	39.413	4.671	42.680	a) Autos	0,20%	-34,92%	-7,65%
b) Com. Leves	1.885	1.684	19.604	1.607	14.679	b) Com. Leves	11,94%	17,30%	33,55%
(a+b)	4.925	4.718	59.017	6.278	57.359	(a+b)	4,39%	-21,55%	2,89%
c) Caminhões	72	88	1.076	105	869	c) Caminhões	-18,18%	-31,43%	23,82%
d) Ônibus/ Micros ônibus	10	39	448	13	616	d) Ônibus/Micros	-74,36%	-23,08%	-27,27%
(c+d)	82	127	1.524	118	1.485	(c+d)	-35,43%	-30,51%	2,63%
Subtotal	5.007	4.845	60.541	6.396	58.844	Subtotal	3,34%	-21,72%	2,88%
e) Motos	1.926	1.620	17.329	1.353	12.135	e) Motos	18,89%	42,35%	42,80%
f) Imp.Rodov./ Outros	37	66	754	76	888	f) Imp. Rodov./Outros	-43,94%	-51,32%	-15,09%
(e+f)	1.963	1.686	18.083	1.429	13.023	(e+f)	16,43%	37,37%	38,85%
TOTAL GERAL	6.970	6.531	78.624	7.825	71.867	TOTAL GERAL	6,72%	-10,93%	9,40%

A arrecadação do ICMS sobre veículos apresentou aumento real de 5,1% em novembro de 2021, frente a igual mês de 2020. No confronto do acumulado de 2021 com 2020, o aumento foi de 30,3%.

2.5 Comércio Varejista

Em outubro de 2021, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou a terceira queda consecutiva, com variação de 0,1% na série livre de influências sazonais, voltando a ficar abaixo do nível pré-pandemia de fevereiro de 2020 e 6,4% abaixo do nível recorde de vendas alcançado em outubro de 2020. Na comparação com outubro passado, as vendas também recuaram pela terceira vez, registrando-se queda de 7,1%.

No ano, o setor ainda acumula alta de 2,6%, mesmo fator aferido nos últimos doze meses, denotando desaceleração contínua frente 5,0% observados até agosto e 3,9% até setembro.

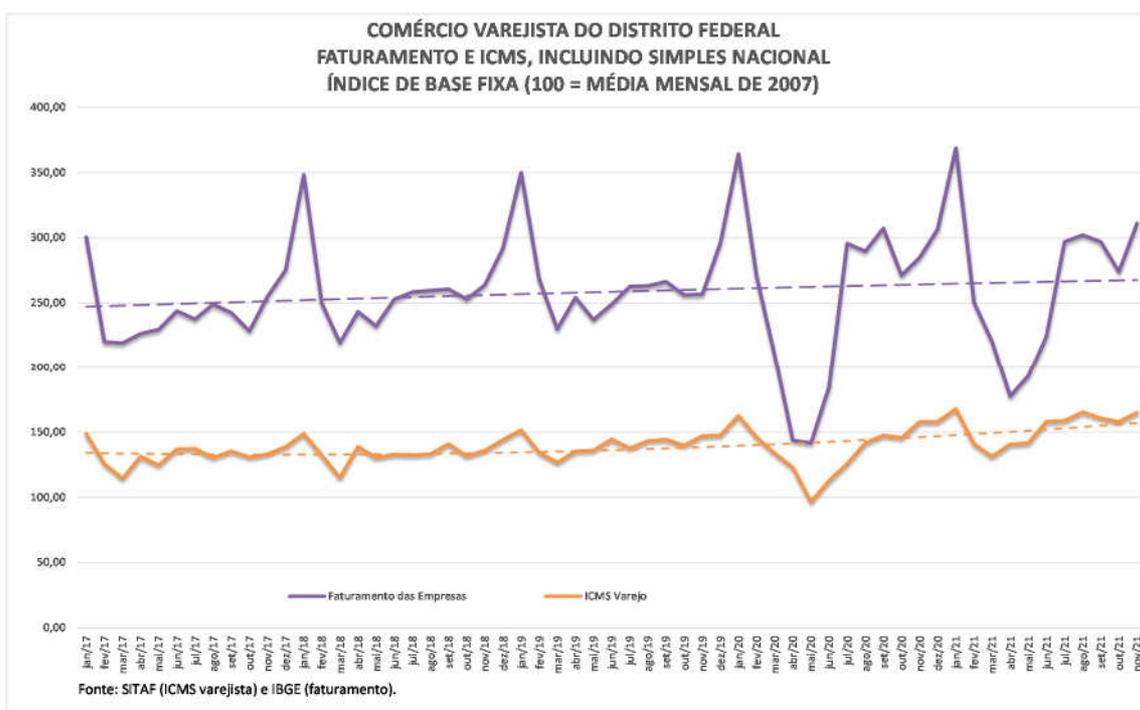


No Distrito Federal, o resultado para outubro foi negativo, com decréscimo de 11,4 % no volume de vendas do comércio em outubro de 2021 frente a igual mês de 2020. As maiores perdas pelo segundo mês consecutivo ocorreram em equipamentos e materiais de escritórios, informática e comunicação (-69,1%), móveis e eletrodomésticos (-33,5%) e combustíveis e lubrificantes (-23,4%). Por outro lado, apresentaram novamente crescimento as vendas de outros artigos de uso pessoal e domésticos (+25,7%) e artigos farmacêuticos, médicos, perfumaria e cosméticos (+10,6%).

Atividades -Volume de Vendas (em %)	(outubro21)/(outubro/20)	2021/2020
Comércio Varejista	-11,4	-4,8
1. Combustíveis e lubrificantes	-23,4	-21,6
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-10,6	-17,9
2.1. Hipermercados e supermercados	-11,5	-19,4
3. Tecidos, vestuário e calçados	-3,7	22,1
4. Móveis e eletrodomésticos	-33,5	5,6
5. Artigos farmacêuticos, médicos, perfumaria e cosméticos	10,6	14,1
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,9	-5,5
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-69,1	-31,9
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	25,7	27,1
Comércio Varejista Ampliado	-11,4	-0,3
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-9,6	5,6
10. Material de construção	-13,7	7,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

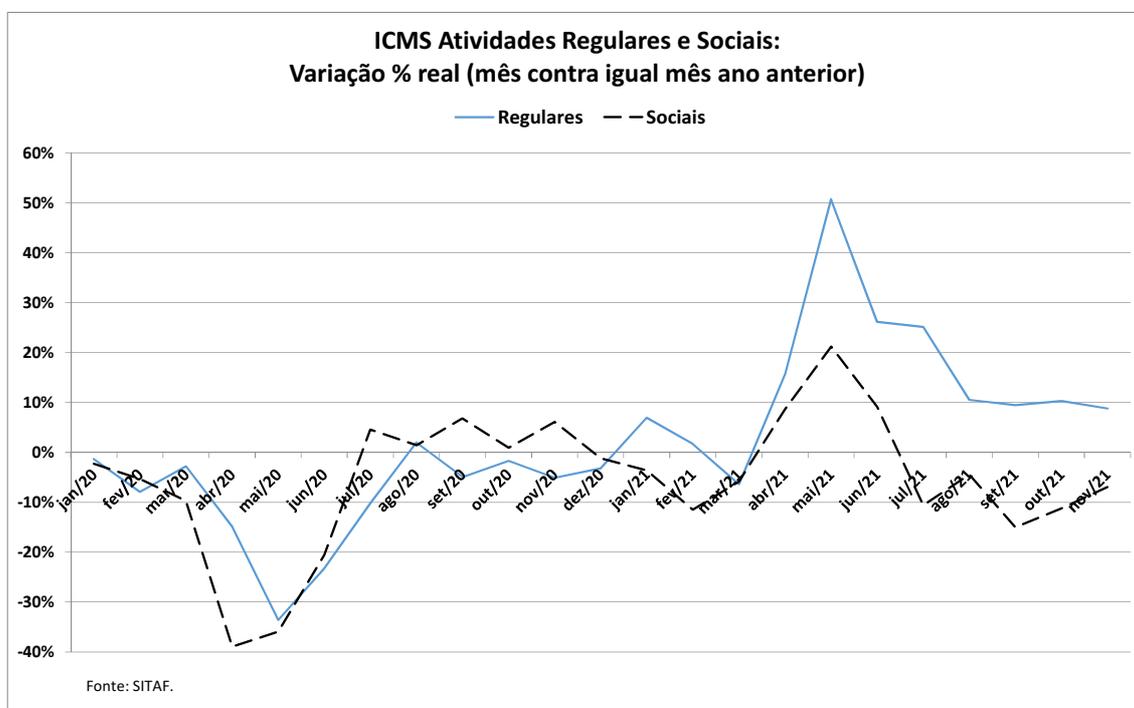
No que se refere ao comportamento da receita do ICMS frente ao indicador de desempenho do Comércio (PMC/IBGE), evidencia-se recuperação do recolhimento do ICMS acima da fraca expansão do faturamento do setor.



2.6 Atividades econômicas e comportamento durante pandemia

A fim de observar a trajetória da arrecadação do ICMS durante a pandemia, as atividades econômicas foram agrupadas em dois grupos: regulares e sociais. Basicamente, a diferença entre os grupos é que as atividades sociais pressupõem maior contato social e, portanto, mais penalizadas pelo distanciamento social. No caso do ICMS, as atividades

agropecuária, indústria, comércio atacadista, comunicação e combustíveis foram classificadas como atividades regulares¹, enquanto o comércio varejista e os serviços de transporte foram enquadrados como atividades sociais². A figura seguinte apresenta o desempenho do ICMS sobre as atividades econômicas.



Assim, é possível observar que o ICMS das atividades econômicas de forma geral já apresentava queda real ao longo do primeiro trimestre de 2020. Contudo, após fevereiro de 2020 e até maio de 2020, o ICMS das atividades sociais sofre maior impacto que a arrecadação advinda das atividades regulares. Vale lembrar que o vencimento do imposto devido por contribuintes do Simples Nacional nos meses de abril a novembro foi prorrogado para novembro a dezembro de 2020.

Após maio de 2020, o ICMS das atividades sociais inicia trajetória de recuperação, apresentando variação real positiva entre novembro a novembro

¹ O segmento energia elétrica foi excluído da análise diante de atipicidades geradas pelas postergações do vencimento do imposto concedidas em 2019 para 2020.

² A classificação das atividades em regulares e sociais procurou seguir aquela utilizada no estudo “Covid-19, políticas de combate à crise e a recuperação desigual do emprego formal”, série Estudos Especiais do Banco Central, Banco Central do Brasil, que por sua vez teve como referência Kaplan, Moll e Violante, *The Great Lockdown and the Big Stimulus, Tracing the Pandemic Possibility Frontier From the US*, NBER Working Paper Series, 2020.

de 2020 e desempenho superior ao das atividades regulares. O ano de 2021 inicia-se com cenário inverso, com crescimento do ICMS das atividades regulares e queda do imposto das atividades sociais. Até maio, ocorre expansão da arrecadação das atividades regulares e sociais. De junho a agosto, as taxas de crescimento das arrecadações das atividades regulares e sociais apresentam declínio. No período de setembro a novembro, depreende-se estabilidade do crescimento das atividades regulares e oscilação na queda da arrecadação das atividades sociais.

2.7 ICMS Brasil

A arrecadação acumulada no período de janeiro a outubro de 2021 do ICMS em nível nacional, corrigida pelo INPC/IBGE, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, apresentou acréscimo real de 16,99% frente ao mesmo período do ano anterior. A tabela a seguir apresenta o desempenho da arrecadação do ICMS por Unidade Federada.

ICMS BRASIL janeiro a outubro de 2021 - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

Unidade da Federação		2020	2021	Variação (em %)
MT	Mato Grosso	14.101,91	18.080,26	28,21%
RO	Rondônia	3.986,12	4.833,89	21,27%
GO	Goiás	16.407,65	19.837,25	20,90%
MG	Minas Gerais	47.686,82	57.268,30	20,09%
RS	Rio Grande do Sul	32.736,72	38.965,49	19,03%
AP	Amapá	903,51	1.072,10	18,66%
AL	Alagoas	3.850,91	4.559,50	18,40%
SC	Santa Catarina	21.939,74	25.959,31	18,32%
SP	São Paulo	135.483,23	158.802,94	17,21%
AC	Acre	1.233,53	1.439,58	16,70%
ES	Espírito Santo	11.071,10	12.869,86	16,25%
MS	Mato Grosso do Sul	10.176,58	11.825,39	16,20%
BA	Bahia	22.548,57	26.170,09	16,06%
TO	Tocantins	2.973,55	3.448,68	15,98%
PI	Piauí	4.215,41	4.873,74	15,62%
RR	Roraima	1.137,14	1.310,75	15,27%
CE	Ceará	11.775,57	13.538,95	14,97%
SE	Sergipe	3.162,03	3.631,68	14,85%
RJ	Rio de Janeiro	35.305,00	40.518,12	14,77%
PR	Paraná	28.860,44	33.110,85	14,73%
PE	Pernambuco	16.041,24	18.352,86	14,41%
PB	Paraíba	5.511,62	6.303,97	14,38%
PA	Pará	12.564,24	14.322,61	14,00%
AM	Amazonas	9.854,86	11.030,93	11,93%
MA	Maranhão	7.487,09	8.359,27	11,65%
RN	Rio Grande do Norte	5.187,63	5.786,09	11,54%
DF	Distrito Federal	7.916,81	8.408,34	6,21%
BRASIL		474.119	554.681	16,99%

Fonte: SEAE/SEEC-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

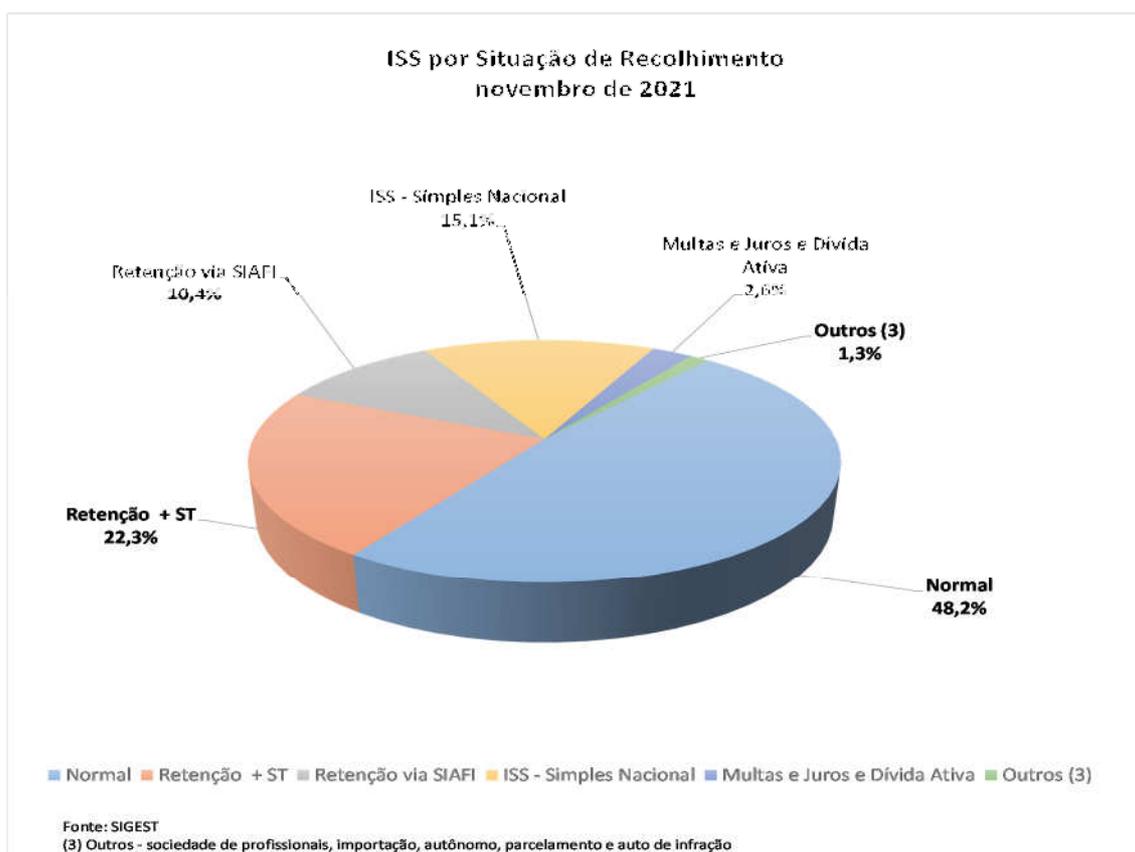
(a) Dados de outubro/21 utilizou-se a média do ano corrente em MT, AP, RO, PB, PE, BA e MG

IV. ARRECADAÇÃO DO ISS

A receita por modalidade de recolhimento do ISS, deixou de ser obtida por meio de consulta no SIGGO em razão da reclassificação das contas de receita pela contabilidade pública. Para obter o perfil da arrecadação do imposto por modalidade de recolhimento, a fonte utilizada foi o SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO. Vale mencionar que a fonte SIGEST não contempla a modalidade ISS por retenção via SIGGO.

1. ISS por modalidade de recolhimento

No mês de novembro de 2021 a maior participação no total da receita do imposto é a do regime normal de tributação com 48,2%, seguida do recolhimento efetuado por terceiros sob responsabilidade do setor privado (retenção e substituição tributária) com 22,3%, do ISS simples nacional (15,1%), da retenção via SIAFI (10,4%), das multas e juros e dívida ativa (2,6%) e de outros (1,3%).



Destaques de novembro de 2021

Os destaques positivos ocorreram nas modalidades de regime **Normal** (+R\$ 7,8 milhões) e **Simples Nacional** (+R\$ 8,1 milhões), nesse último caso, devido a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 158/2021 que prorrogou vencimentos do imposto referente aos meses de abril a junho para o segundo semestre de 2021, em resposta aos efeitos econômicos negativos da pandemia.

ARRECAÇÃO DO ISS POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO (1) E (2)							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real (em%)		Composição da arrecadação (nov/21)
	nov/20	jan-nov/20	nov/21	jan-nov/21	nov/21 /nov/20	jan-nov/21 / jan-	
Normal	79.318	821.293	87.150	924.240	9,9%	12,5%	48,2%
Retenção + ST	42.340	455.240	40.360	455.596	-4,7%	0,1%	22,3%
Retenção via SIAFI	16.337	183.412	18.765	163.324	14,9%	-11,0%	10,4%
ISS - Simples Nacional	19.274	191.083	27.362	234.609	42,0%	22,8%	15,1%
Multas e Juros e Dívida A	4.868	46.417	4.760	66.235	-2,2%	42,7%	2,6%
Outros (3)	2.143	28.518	2.291	31.296	6,9%	9,7%	1,3%
Total da Arrecadação	164.279	1.725.963	180.688	1.875.299	10,0%	8,7%	100,00%

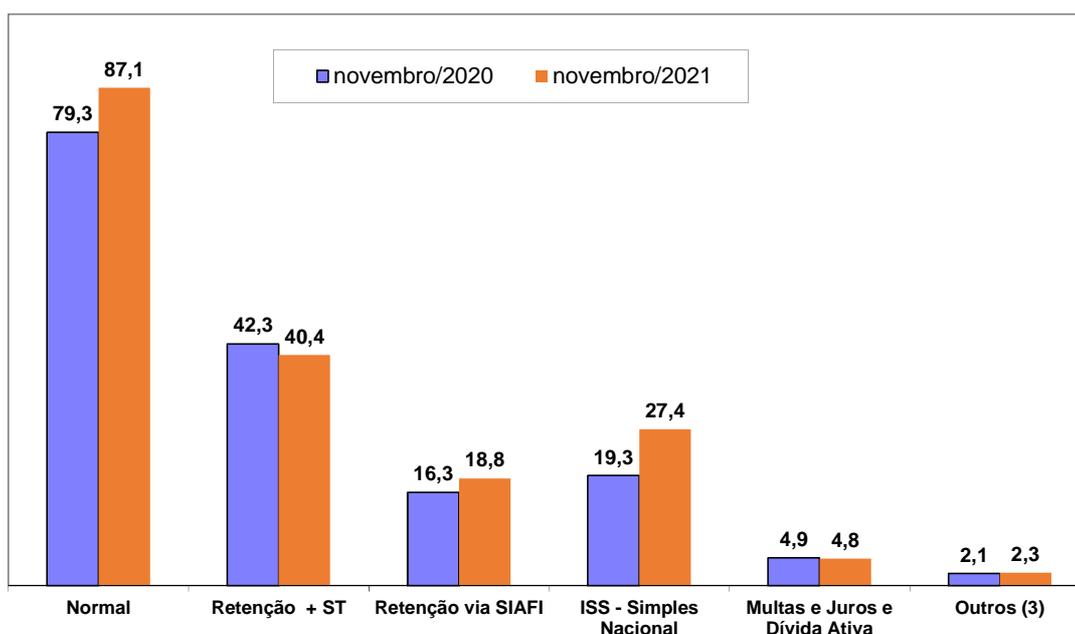
Fonte: SIGEST

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. Exceto Retenção via SIGGO

3. Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de novembro/2021 (INPC/IBGE)



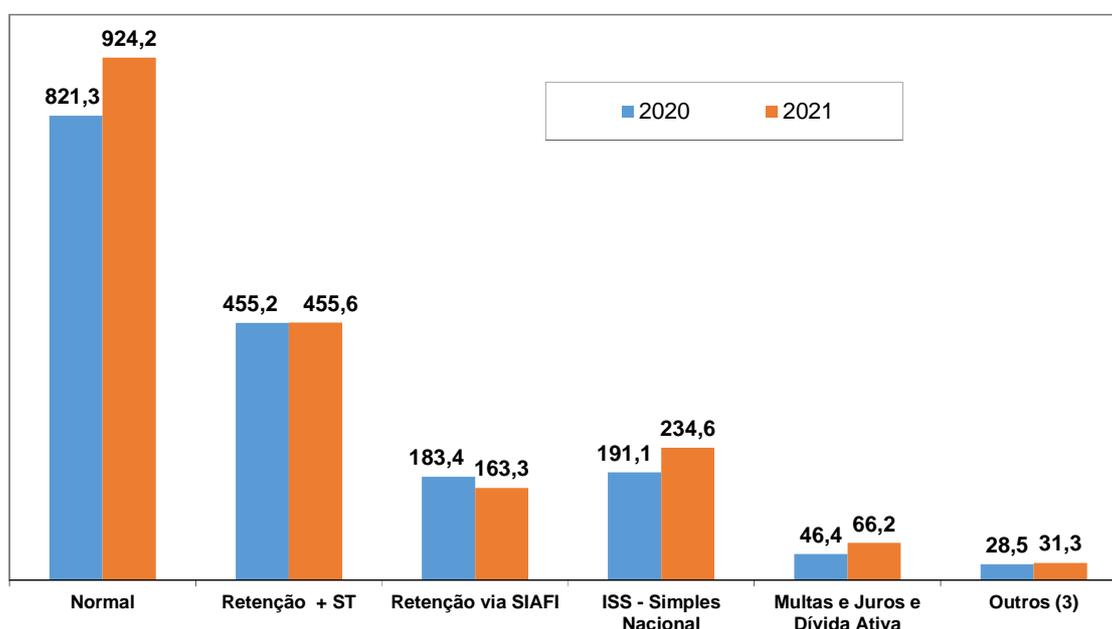
Fonte: SIGEST

(3) Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

Destaques do período de janeiro a novembro de 2021

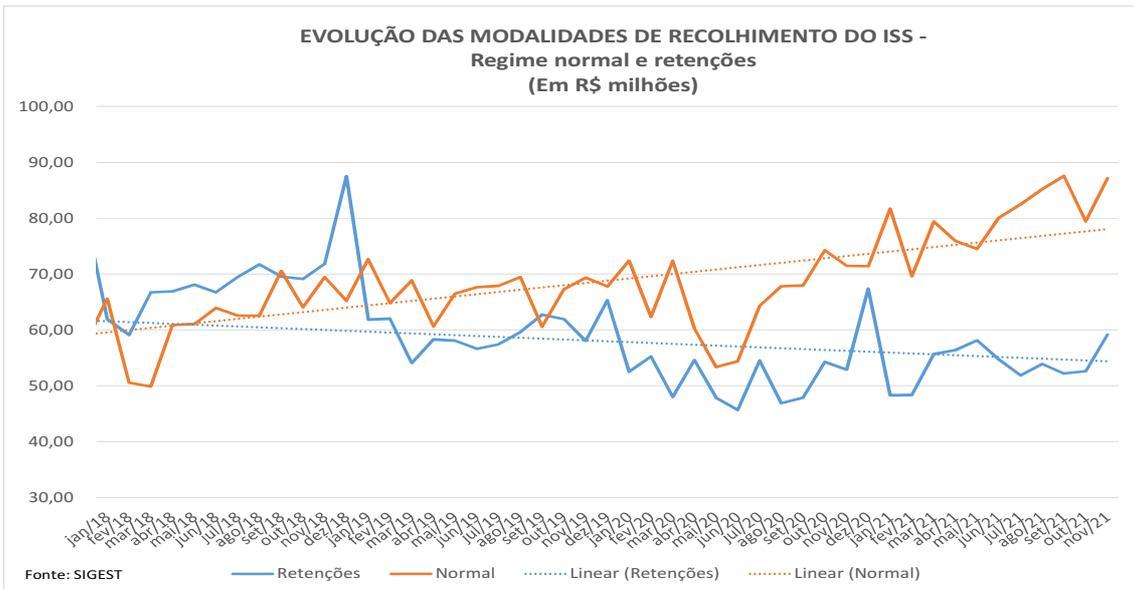
Quanto ao comparativo do acumulado de janeiro a novembro de 2021 com o correspondente período de 2020, ocorreram aumentos em quase todas as modalidades de recolhimento, à exceção da modalidade de **Retenção Via SIAFI** (-R\$ 20,1 milhões). Apresentaram aumentos as modalidades **Normal** (+R\$ 103,0 milhões), o **Simples Nacional** (+R\$ 43,5 milhões), **Multas e Juros e Dívida Ativa** (+R\$ 19,8 milhões), **Outros** (+R\$ 2,8 milhões) e o regime **Retenção e Substituição Tributária** (+R\$ 356 mil).

ISS por situação de recolhimento
2021 contra 2020 (acumulado até novembro)
Em R\$ milhões de novembro/2021 (INPC/IBGE)



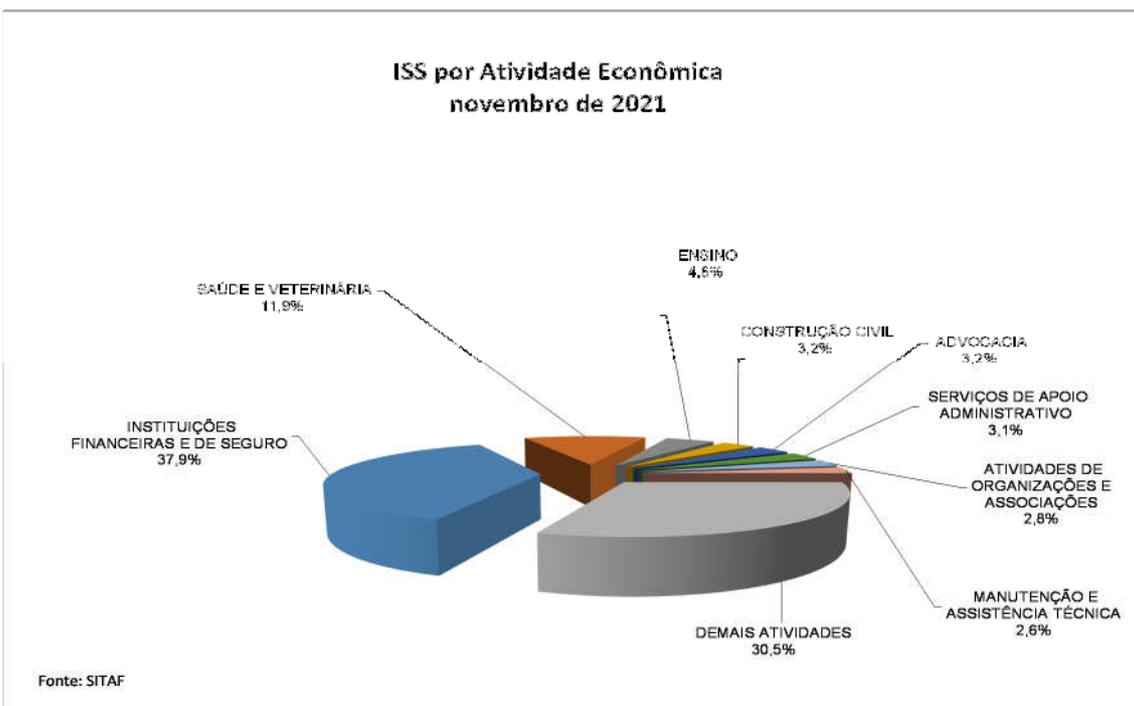
(3) Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

Quanto à evolução dos recolhimentos do regime normal e da retenção do imposto por responsabilidade (Substituição Tributária e Retenção via SIAFI), de acordo com a figura a seguir, observa-se que houve acréscimo na arrecadação de ambos os regimes normal e retenção por responsabilidade em novembro de 2021.



2. ISS por atividade econômica

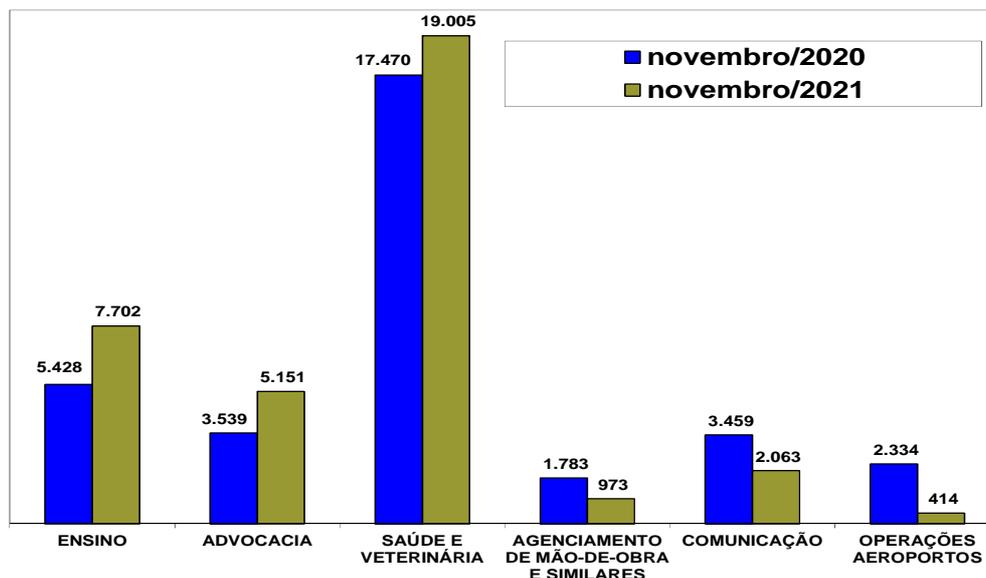
A maior participação na arrecadação do imposto é do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (37,9%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (11,9%) e Ensino (4,8%). Contudo, quando agrupados os vários segmentos de baixa representatividade na arrecadação, a participação global desses segmentos atinge 30,5%.



Destaques de novembro de 2021

- Acréscimos reais em **Ensino** (+R\$ 2,3 milhões), **Advocacia** (+R\$ 1,6 milhão) e **Saúde e Veterinária** (+R\$ 1,5 milhão).
- Decréscimos reais em **Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares** (-R\$ 809,3 mil), **Comunicação** (-R\$ 1,4 milhão) e **Operações Aeroportos** (-R\$ 1,9 milhão).

ISS por Atividade Econômica
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas (*)
Em R\$ mil de novembro/2021 (INPC/IBGE)



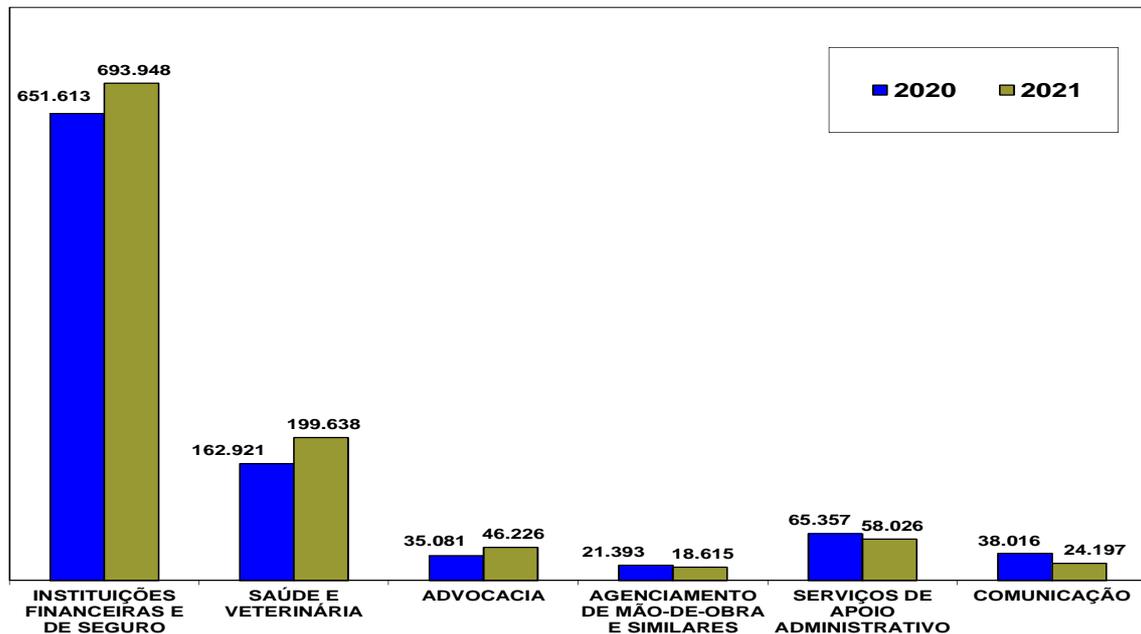
Fonte: SITAF

(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção do imposto pelos órgãos públicos.

Destaques de janeiro a novembro de 2021

- Acréscimos reais em **Instituições Financeiras e de Seguro** (+R\$ 42,3 milhões), **Saúde e Veterinária** (+R\$ 36,7 milhões) e **Advocacia** (+R\$ 11,1 milhões).
- Decréscimos reais em **Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares** (-R\$ 2,8 milhões), **Serviços de Apoio Administrativo** (-R\$ 7,3 milhões) e **Comunicação** (-R\$ 13,8 milhões).

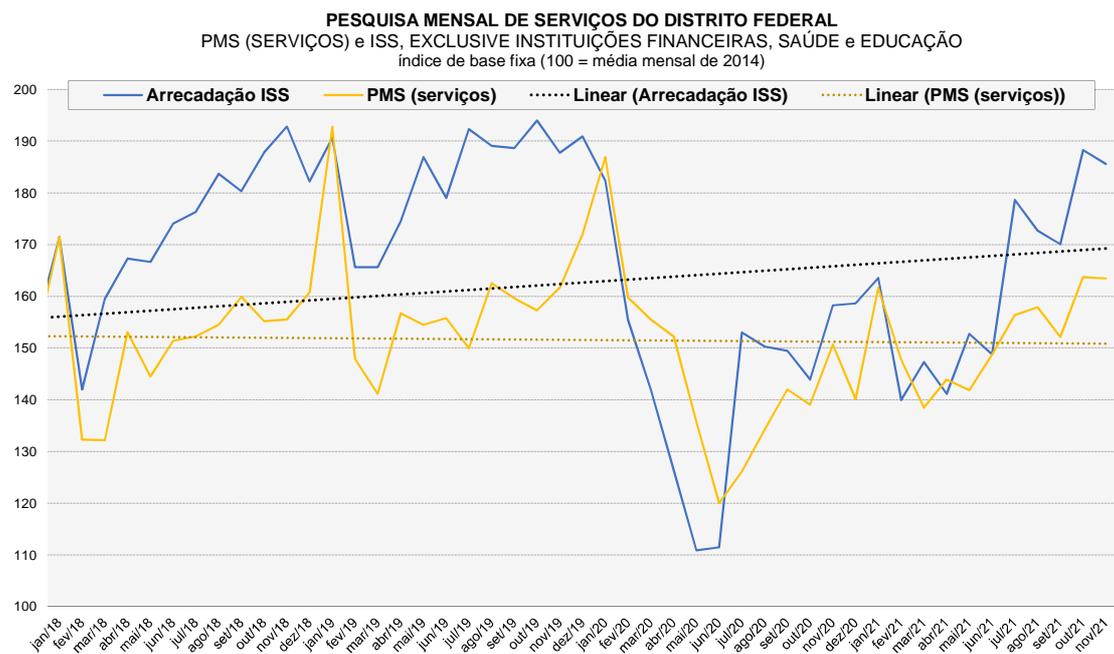
ISS por Atividade Econômica
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas (*)
Valores acumulados até novembro (Em R\$ mil de novembro de 2021 -
INPC/IBGE)



Fonte: SITAF

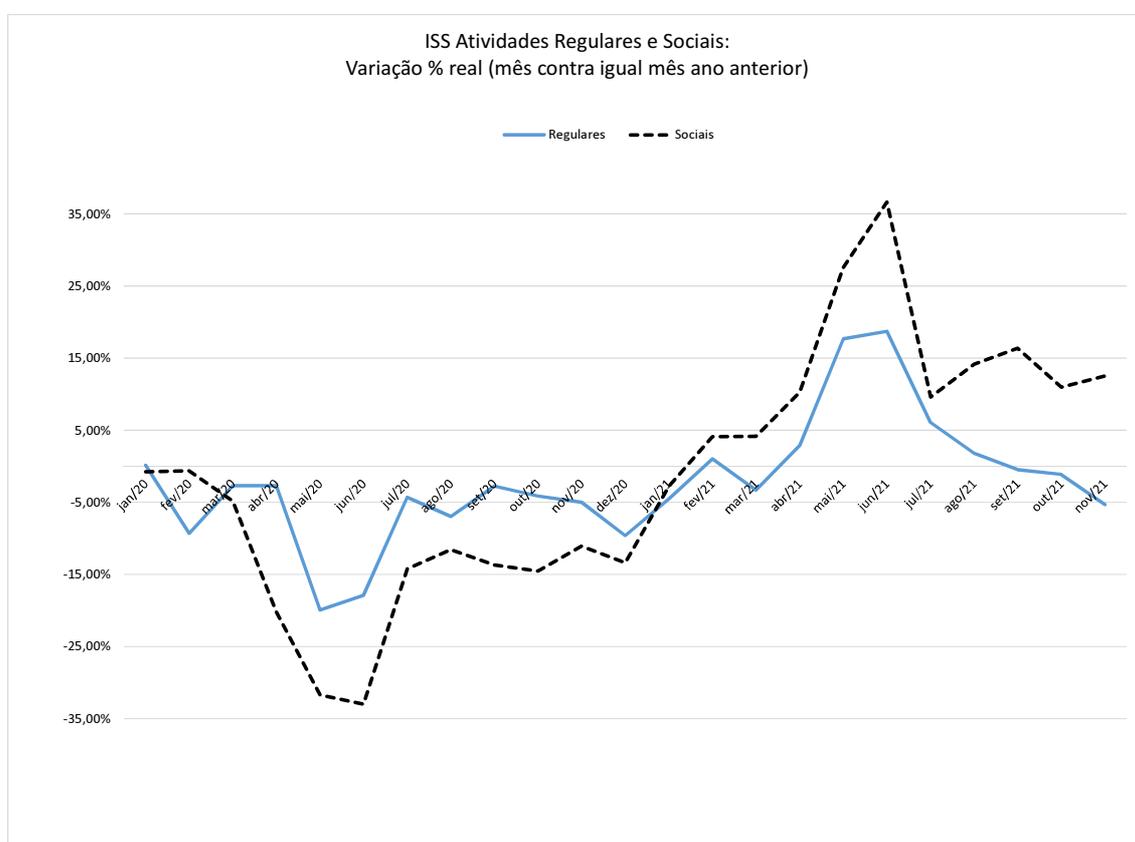
(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção do imposto pelos órgãos públicos.

Avaliando o desempenho da receita do ISS frente ao indicador de desempenho da atividade econômica de serviços no DF (PMS/IBGE), conforme gráfico seguinte, depreende-se que tanto a variável do desempenho do setor de serviços (PMS_DF) quanto a do ISS apresentaram decréscimo em novembro.



Fonte: IBGE (PMS) e SITAF (ISS).

Por fim, no contexto da pandemia, a trajetória da arrecadação do ISS das atividades econômicas foi, tal como no ICMS, tratada por meio do agrupamento das atividades nos dois grupos: regulares e sociais. Como atividades regulares foram classificados os segmentos de instituições financeiras; construção civil; serviços de teleatendimento; atividades profissionais, científicas e técnicas; holdings, administração de fundos e gestão de ativos não-financeiros; comunicação; publicidade; gráfica e editoração; informática; segurança; e serviço público. Os demais serviços foram enquadrados nas atividades sociais¹. O comportamento do ISS sobre as atividades econômicas é exposto a seguir.



Da mesma forma que no ICMS, as atividades regulares e sociais já apresentavam queda real da arrecadação do ISS no período pré-pandemia (primeiro trimestre de 2020). Após março de 2020, a queda da arrecadação das atividades regulares agravou-se de forma tardia e em menor proporção que a queda apresentada pelas atividades sociais.

¹ Vide nota 2.

Nos meses seguintes a maio/junho de 2020, as arrecadações das atividades regulares e sociais iniciam trajetória de perdas menores, especialmente as atividades regulares. Nesse contexto, tem-se o efeito da prorrogação do vencimento do imposto devido por contribuintes do Simples Nacional de abril a junho para outubro a dezembro de 2020.

No período de janeiro a junho de 2021, as atividades regulares e sociais apresentam em geral crescentes aumentos. Contudo, após junho de 2021, a expansão dos recolhimentos do ISS pelos contribuintes das atividades sociais perde intensidade, enquanto as taxas de variação dos recolhimentos do imposto pelas atividades regulares apresentam declínio, com variações negativas após setembro de 2021.

SÉRIES HISTÓRICAS

(11 novembro 2021 - Séries Históricas.xls).